

**REFERENCIAIS DE
QUALIDADE DE CURSOS
DE GRADUAÇÃO COM
OFERTA A DISTÂNCIA**

**REFERENCIAIS DE QUALIDADE DE
CURSOS DE GRADUAÇÃO COM OFERTA
A DISTÂNCIA**

Brasília

2025

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





OFERTA A DISTÂNCIA

Sumário

1. Introdução	4
2. Conceituação	6
3. Concepção do Curso.....	8
4. Experiência dos Estudantes.....	11
4.1 Acessibilidade e inclusão digital	12
4.2 Garantia de direitos	12
4.3 Devolutivas pedagógicas e apoio ao desenvolvimento acadêmico.	13
5. Docência	15
6. Ensino e Aprendizagem	24
6.1 Dinâmica dos Processos de Ensino e Aprendizagem.....	24
6.2 Ambientes Profissionais	26
6.3 Materiais didáticos.....	27
6.4 Plataformas tecnológicas digitais de ensino	29
6.5 Avaliação do estudante	32
7. Polos de educação a distância como espaço educativo.....	35
8. Integração institucional, gestão da qualidade e repercussão no contexto social e acadêmico	37
8.1. Governança e planejamento institucional da oferta de EaD	37
8.2. Autoavaliação e monitoramento da EaD	38
8.3. Experiências e percepções das comunidades interna e externa	39
8.4 Impacto socioeconômico e no desenvolvimento local	40
8.5 Internacionalização e papel das IES em um mundo interconectados.....	41



1. Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece diretrizes e metas que guiam a educação brasileira. No que se refere à educação superior, o PNE orienta metas de elevação da taxa bruta e líquida de matrícula no ensino superior. Neste contexto, a educação a distância (EaD) é uma aliada importante para se atingir essas metas.

As matrículas de graduação a distância crescem exponencialmente, passando de aproximadamente 1,7 milhões em 2017 para 4,9 milhões em 2023, de acordo com o Censo da Educação Superior (INEP). Em 2017 as matrículas de graduação a distância representavam algo em torno de 20% do total, sendo que em 2023 sobe para praticamente 50% (4,9 milhões diante de 9,9 milhões).

Os dados do Censo da Educação Superior de 2023 (INEP) revelam que a oferta de graduação a distância tem um peso expressivo na educação superior no Brasil. Para lidar com o desafio de garantir a expansão com qualidade da educação superior, constatou-se a necessidade da elaboração de novos referenciais de qualidade para oferta de cursos de graduação a distância. Considerando que o último documento do Ministério da Educação de referenciais de qualidade para educação superior a distância é de agosto de 2007, entende-se como fundamental a elaboração de um novo texto que estabeleça princípios, diretrizes e critérios para orientar a oferta de cursos de graduação com oferta a distância.

O presente documento, que servirá de guia para o enfrentamento dos desafios impostos pela educação a distância, é resultado de um trabalho intenso, que envolveu especialistas, entidades e instituições de educação superior, e se insere num processo articulado de amplo debate sobre o tema e de elaboração de novos referenciais, de aprimoramento regulatório e de melhoria dos instrumentos de avaliação.

Para a elaboração dos referenciais de qualidade para a oferta de cursos de graduação com oferta a distância, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC) contou com a participação de especialistas com larga experiência em EaD e em políticas públicas, bem como sólida formação acadêmica. Como ponto de partida, estes especialistas produziram um roteiro técnico para orientar o processo de elaboração dos referenciais de qualidade e interlocução com as instituições, especialistas e entidades envolvidos com a temática da EaD.

Neste processo de interlocução com as entidades, a Seres também contou com a contribuição dos membros do Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação – CC-Pares, composto



por representantes de instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, de discentes, e dos diversos órgãos do Ministério da Educação que, no âmbito de suas competências, atuam na educação superior.

Em relação às estratégias de interlocução, ressalta-se que foram realizadas vinte visitas ou agendas técnicas junto a instituições de ensino superior (IES) para conhecer e analisar a implementação da EaD. Uma gama diversificada de IES foram visitadas, tais como faculdades, centros universitários e universidades, de diferentes regiões e distintos perfis, tanto do setor público como, majoritariamente, do setor privado. Estas visitas ou agendas técnicas contaram com a participação de especialistas e de representantes da SERES/MEC, e foram momentos muito profícuos de diálogo com gestores e especialistas das IES sobre a implementação da EaD em suas instituições. Adicionalmente, foram recebidas contribuições técnicas de diversas entidades, bem como realizadas várias reuniões para apresentação e discussão de ideias e propostas.

Este documento de referenciais de qualidade é a síntese do esforço técnico empreendido pelos especialistas que colaboraram com a SERES/MEC, assim como também reflete este ambiente de interlocução e diálogo com órgãos e entidades do setor público e privado que muito contribuíram ao seu aprimoramento.



2. Conceituação

Não há um modelo único de educação a distância. As ofertas de cursos superiores de graduação podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnologias. A área de conhecimento do curso, as condições do cotidiano e as necessidades dos(as) estudantes são os elementos que definirão a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como dos momentos presenciais recomendáveis ou obrigatórios, previstos pelo projeto do curso ou pelas normas legais.

Apesar dos diferentes modos de organização, um ponto central deve ser comum a toda oferta de educação a distância: é a compreensão de que a educação é o fundamento primeiro. Cabe destacar o papel central dos(as) estudantes, como sujeitos de sua própria aprendizagem, e dos(as) docentes envolvidos(as), como desafiadores(as) para a qualificação desse processo, tornando a experiência de aprendizagem viva, inclusiva e envolvente. Por isso, ao se propor Referenciais de Qualidade para cursos de graduação com oferta a distância, cabe explicitar o que se espera de uma formação superior de graduação.

A qualidade de um curso de graduação é fruto de uma combinação de fatores que resultam em cidadãos com formação científica e reflexiva sobre o mundo em geral e sobre sua área de conhecimento em particular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), em seu Art. 43, aponta as finalidades da Educação Superior. De modo resumido, pode-se dizer que a educação superior tem como finalidades o desenvolvimento da criação cultural, do espírito científico e do pensamento crítico. Tal desenvolvimento está associado, normalmente, a uma formação profissional conectada com os problemas locais, nacionais e mundiais da contemporaneidade. A Lei ainda destaca o papel da educação superior na formação de professores(as). Duas palavras são significativas: desenvolvimento e formação. Elas denotam que o processo de educação superior vai muito além de um simples elenco de conteúdos informativos apresentados ao estudante.

Um curso de graduação com oferta a distância comumente contemplará atividades pedagógicas assíncronas, nas quais as ações dos sujeitos podem ocorrer em lugares diversos e em momentos distintos. Também pode contemplar situações síncronas não presenciais, em que os educadores e educandos possam estar em lugares distintos, mas interagindo em tempo real. Não se pode confundir presencialidade física com sincronicidade mediada. A presencialidade engloba uma série de ações e comunicações que não podem ser contempladas na virtualidade, como linguagens corporais, e interações físicas. De forma distinta da presencialidade física, mas também reforçando a perspectiva da interação no processo formativo da EaD, pode-se também definir atividades síncronas reguladas, que consistem na realização de tarefa formativa em tempo



real, compartilhada entre estudantes e profissionais da educação, conectados simultaneamente por meio de recursos de áudio e vídeo com definição de limite de participação máxima de estudantes por atividade da unidade curricular e com controle de frequência.

Um curso de graduação com oferta a distância necessita de atividades presenciais e as normas educacionais também as podem definir, pois educação a distância não significa ausência de presencialidade. Por presencialidade entende-se a participação física do estudante em local e tempo pré-determinados, para exercer atividades formativas, na sede da instituição, no polo de educação a distância, em ambiente profissional, ou em espaços para atividades de extensão, com a participação de responsável acadêmico, observadas as diretrizes curriculares nacionais e demais normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Haverá situações em que, obrigatoriamente, o(a) aluno(a) deve estar fisicamente presente em local e tempo determinados (pode ser na sede da IES, no polo ou em um ambiente profissional) para exercer uma atividade, que será acompanhada com maior ou menor intensidade e que gerará uma vivência importante para sua formação. Assim é o caso dos laboratórios, avaliações, atividades de extensão universitária e de vivência profissional, para além dos estágios e de atividades práticas importantes para a formação de professores(as) ou outras definidas no Projeto Pedagógico do Curso.

Partindo-se do fato de que alguns cursos, por suas características, dependem significativamente de atividades presenciais (o que pode estar definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais ou outros documentos publicados pelo MEC), pode-se denominá-los semipresenciais, a fim de deixar patente para a sociedade a existência de atividades presenciais em quantidade significativa, distinguindo-os de outros cursos predominantemente a distância que demandam pouca atividade presencial. Do mesmo modo, o Estado Brasileiro pode definir, como ocorre em vários países, que certos cursos devem, necessariamente ser ofertados como cursos presenciais, ainda que com uma carga pequena de oferta a distância.

A partir dessas considerações, pode-se propor a seguinte definição para educação a distância.

Educação a distância é a oferta educacional organizada de modo que os processos de ensino e aprendizagem, síncronos ou assíncronos, ocorram com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, permitindo que estudantes e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos.



3. Concepção do Curso

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o documento que formata a organização dos cursos superiores e a visão da Instituição de Educação Superior (IES), tornando público seu compromisso com a comunidade, em relação à qualidade da oferta dos cursos de graduação. Além de considerar em sua formulação as Diretrizes Curriculares Nacionais, o PPC deve expressar os padrões de qualidade seguidos pelo curso, a integração com as dinâmicas do mundo do trabalho, e com o contexto social e educacional em que é oferecido. Os PPCs não podem ser padronizados, devem expressar a consistência da oferta, articulada com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de cada IES.

Para os cursos de graduação com oferta a distância, o PPC, sob a coordenação pedagógica do Coordenador do Curso, deve refletir dinâmicas próprias de uma educação a distância. Entre outros aspectos, é essencial que o PPC seja adaptado para atender necessidades metodológicas específicas, o uso de ferramentas tecnológicas, o papel dos profissionais (docentes e não docentes), e a autonomia e suporte aos estudantes. Deve ainda definir a organização didática geral do curso, a articulação entre as atividades presenciais e a distância, o papel dos docentes e os momentos de interatividade síncrona, buscando conduzir os(as) estudantes à construção de sua formação na direção do perfil do egresso previsto.

Considerando a distância física do(a) estudante da instituição ofertante, a IES deve privilegiar estratégias de ensino e aprendizagem que incentivem a colaboração e a interação entre alunos(as) e professores(as). As ferramentas tecnológicas devem ser auxiliares nos processos de ensino e aprendizagem, promovendo maior interatividade e não substituindo a interação entre alunos(as) e professores(as). Os objetivos de aprendizagem devem ser bem definidos, alinhados com as tendências tecnológicas e expectativas do mundo do trabalho, e comunicados com antecedência, de modo que estudantes e professores(as) compreendam perfeitamente o que se deseja alcançar ao final de cada etapa do processo de ensino aprendizagem. Deve ainda servir como um instrumento de planejamento das estratégias e atividades de ensino.

- A concepção de curso de graduação com oferta a distância deve observar o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso (DCN) e das diretrizes para Extensão, além, no caso de curso de licenciatura, também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), garantindo a constituição do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE).



- Os PPCs devem contemplar a atualização científica e tecnológica da área de formação, estar alinhados com as tendências do mundo do trabalho, e ter observância com o contexto social, produtivo e os desafios locais, regionais e globais de sustentabilidade. Neste sentido o PPC do curso de graduação com oferta a distância deve assegurar, acima de tudo, que os conteúdos, práticas e estágios oferecidos estejam à altura da qualidade de uma formação de nível superior de graduação. Além disso, deve contribuir para alcançar os objetivos de empregabilidade esperados pelo(a) estudante.

- O(a) aluno(a) do curso de graduação com oferta a distância deve ter garantido o acesso a diversas visões de mundo, incluindo perspectivas internacionais, por meio das quais possa criar sua própria identidade profissional ou de pesquisador. Nesse sentido, a formação inicial precisa ser considerada como um processo permanente de revisão e de novas significações sociais da profissão. Isso é especialmente relevante considerando a necessidade de resposta aos desafios que são postos por configurações históricas, culturais, socioeconômicas, e de sustentabilidade.

- Os PPCs devem possibilitar trilhas de aprendizagem e o engajamento pedagógico de docentes e alunos(as) em componentes curriculares. As trilhas de aprendizagem devem estar previstas no projeto pedagógico bem como refletidas nos planos de ensino e nas avaliações das IES, podendo ser desenvolvidas na perspectiva de unidade curricular do curso. Isso pressupõe um desenho do percurso de aprendizado flexível, em que estudantes escolhem seus caminhos, com apoio e orientação docente. Nesse sentido, as atividades devem ser planejadas e institucionalizadas para que os(as) estudantes conheçam as alternativas de percurso formativo e tenham autonomia de escolha.

- O PPC deve garantir um tempo mínimo de reflexão e maturação na apresentação de conceitos e conhecimentos nas unidades curriculares, para que estudante consiga reconstruir os saberes teórico-práticos estudados nas unidades curriculares. Diante disso, recomenda-se que as unidades curriculares sejam integralizadas no período mínimo de 10 semanas.

- O ingresso de novos(as) estudantes deve acontecer no início do curso (salvo em caso de transferência) para que o(a) estudante possa construir um ambiente de aprendizagem colaborativo possibilitado pela convivência com colegas de turma. O pertencimento a uma turma pode contribuir para construir o sentimento de pertencimento institucional. Deve-se possibilitar a criação de turmas organizadas em torno dos polos e ambientes virtuais, de modo a criar uma comunidade de aprendizagem de alunos(as) e professores(as). Neste sentido, o ingresso de alunos(as) deve ocorrer, no máximo, até o início do segundo semestre do primeiro ano do curso, exceto nos casos de transferência.



- Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação utilizados nos processos de ensino e aprendizagem devem ser definidos, de modo a atender à concepção do curso definida no PPC e permitir o desenvolvimento e a autonomia do(a) estudante de forma contínua e efetiva.



4. Experiência dos Estudantes

A importância do(a) estudante como sujeito de sua própria aprendizagem é fundamental no processo educacional. Em vista disto, o programa acadêmico e todo o desenho pedagógico deve ser estruturado a partir da perspectiva do(a) estudante, considerando a flexibilidade e a autonomia requerida em cursos de graduação a distância. A capacidade do(a) estudante de gerenciar o próprio aprendizado é um elemento-chave para o desenvolvimento de habilidades críticas, como o pensamento analítico e a comunicação eficaz, além da resolução de problemas.

Essa articulação entre autonomia, interatividade e mediação pedagógica deve estar refletida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A interatividade, seja com professores(as) ou entre estudantes, enriquece a experiência de aprendizagem, permitindo a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento. As oportunidades de convivência com profissionais também proporcionam um ponto de conexão com o mundo do trabalho, integrando o aprendizado obtido com as oportunidades de trabalho e os desafios de desenvolvimento globais. Já a mediação pedagógica orienta o(a) estudante em sua jornada de aprendizagem, identificando pontos fortes e requisitos a serem aprimorados, e provendo o suporte necessário para seu sucesso acadêmico e profissional.

Além disso, o sentimento de pertencimento à Instituição de Ensino Superior (IES) e à turma é crucial para o engajamento e a motivação do(a) aluno(a). Sentir-se parte de uma comunidade contribui para aumentar a dedicação do(a) estudante, melhorando assim o desempenho acadêmico.

- A integração da autonomia do(a) aluno(a), da interatividade e da mediação pedagógica deve ser uma característica intrínseca do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Esta abordagem facilita interação e colaboração no processo de ensino e aprendizagem, e promove a construção coletiva do conhecimento.
- A IES deve capacitar o estudante para as características do processo de ensino e aprendizagem a distância.
- A mediação pedagógica tem papel crucial ao orientar o(a) estudante por meio da identificação das suas forças e áreas para desenvolvimento, proporcionando um suporte estruturado para o seu crescimento acadêmico e profissional. Essa abordagem personalizada, fomentada pelos momentos de orientação entre docentes e estudantes, é essencial para garantir o atingimento dos objetivos de aprendizagem previamente definidos.



- É muito importante que os currículos de graduação contemplem a formação do(a) estudante quanto aos desafios da sustentabilidade, fornecendo o arcabouço crítico e científico necessário para compreender e enfrentar as questões ambientais, sociais e econômicas contemporâneas. Os processos de ensino e aprendizagem devem ser estruturados de modo a incentivar a reflexão crítica sobre a sustentabilidade, integrando-a às diversas disciplinas e práticas pedagógicas.

4.1 Acessibilidade e inclusão digital

A Educação a Distância (EaD) pode ajudar a quebrar barreiras geográficas e socioeconômicas, uma vez que amplia as oportunidades educacionais para um maior número de pessoas contribuindo para a inclusão social. Entretanto, há que garantir que todos(as) estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independente de suas limitações tecnológicas e socioeconômicas e de condições físicas.

As IES devem assegurar que os(as) estudantes tenham acesso aos materiais didáticos, bibliotecas e laboratórios virtuais, e demais recursos tecnológicos disponibilizados em nuvem, necessários para os processos de ensino e aprendizagem e para a realização de atividades interativas virtuais, sejam elas individuais ou coletivas.

- É igualmente importante considerar as necessidades específicas de estudantes com deficiências, restrições pessoais (questões de saúde, desemprego ou outras situações momentâneas), físicas ou cognitivas para o uso destas tecnologias. Isso implica em fomentar a inclusão digital ativa e produtiva dos(as) estudantes da EaD, por meio de aconselhamento, tutoria e capacitação básica para uso dos recursos tecnológicos à disposição, customizados para os diferentes perfis de estudantes, suas condições socioeconômicas e localidades de origem.

- Os mesmos princípios se aplicam aos acessos aos ambientes em que ocorrem atividades presenciais.

4.2 Garantia de direitos

É vital reconhecer que alunos(as) de cursos de graduação no formato predominantemente a distância, e semipresenciais, possuem os mesmos direitos que aqueles de outros cursos. Portanto é imprescindível garantir a preservação desses direitos, incluindo o acesso à identificação estudantil, envolvimento em pesquisa e projetos científicos, reconhecimento dos diplomas por entidades pro-



fissionais, criação de e-mails institucionais, acesso a suportes psicológico e para o crescimento acadêmico e profissional bem como acesso à assistência estudantil entre outros previstos. Em suma, a forma como o ensino é ministrado não interfere nos direitos e responsabilidades dos(as) estudantes, bem como em seu acesso pleno à informação.

- As IES devem elaborar políticas internas que assegurem a participação ativa de estudantes de graduação no formato predominantemente a distância, e semipresenciais, nos órgãos representativos e espaços de decisão institucional, garantindo que suas perspectivas e necessidades sejam ouvidas e consideradas. Estes direitos devem ser publicamente informados, incluindo oportunidades de participação em eventos acadêmicos e científicos, projetos de pesquisa, atividades de iniciação científica, estágios, parcerias com ambientes profissionais, intercâmbios, dentre outros.
- É igualmente importante garantir o acesso a canais para recebimento de sugestões, reclamações e denúncias de eventuais atos praticados na instituição, prevendo anonimato e sigilo das informações. Também é fundamental a disponibilização de informações sobre os programas dos cursos, sua duração, componentes curriculares e as respectivas cargas horárias, a composição do corpo docente e sua distribuição por unidades curriculares.

4.3 Devolutivas pedagógicas e apoio ao desenvolvimento acadêmico

Fatores como o suporte acadêmico, e inclusive psicológico, oferecido aos estudantes e a criação de uma rede de apoio, incluindo a disponibilização de mediadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) e profissionais de aconselhamento, podem ajudar a reduzir a sensação de isolamento, comum em cursos no formato predominantemente a distância. Também contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências digitais necessárias para que estudantes se adaptem aos cursos de graduação com oferta a distância.

Ressalta-se ainda que cursos e IES que estruturam a oferta de educação a distância em um ambiente de aprendizagem mais acolhedor tendem a apresentar resultados de avaliação superiores, seja no desempenho acadêmico dos(as) estudantes, como também nas taxas de conclusão de curso e de empregabilidade.

- Considerando os desafios de escala da EaD, recomenda-se que as IES aproveitem as ferramentas digitais disponíveis para o aprimoramento das devolutivas de desenvolvimento acadêmico e de gestão na EaD, tais como: *Analytics* (AA), *Learning Analytics* (LA) e *Academic Educational Data Mining*



(EDM), entre outras disponíveis ou que vierem a ser criadas. A utilização dessas tecnologias permitirá um diagnóstico ágil e em tempo real com *feedback* sobre pontos fortes e fracos de cada estudante, bem como informações no campo da gestão e da tomada de decisões institucionais. Ao diagnosticar a aprendizagem dos(as) estudantes, a IES pode melhor organizar as devolutivas pedagógicas, considerando as principais dificuldades observadas, e utilizando as melhores estratégias em abordagens síncronas e assíncronas.



5. Docência

A educação a distância em nível de graduação requer de seus estudantes uma autonomia consideravelmente maior daquela requerida no ensino presencial. Prepará-los para que suas experiências de aprendizagem sejam bem-sucedidas é essencial para o engajamento em uma formação de qualidade na educação superior de graduação, a partir de uma base sólida para a construção de saberes. Nesse sentido, a presença docente é a variável mais significativa associada ao desenvolvimento de competências que possibilitam aos alunos(as) da EaD realizarem escolhas no âmbito de um sistema flexível, com o suporte e a segurança necessário à sua inserção em um sistema que assegure a troca de saberes fundamental à construção coletiva do conhecimento e em que sejam protagonistas de sua formação.

Recomenda-se que o corpo docente seja composto por professores(as) regentes e professores(as) conteudistas, podendo ser auxiliados por mediadores(as) pedagógicos(as), preferencialmente contratados como professores (ainda que, conforme o projeto do curso, possa haver acumulação destas tarefas pela mesma pessoa), todos contratados pela IES e cadastrados como tal no Censo da Educação Superior, cujas características principais estão detalhadas no final desta seção. É o alicerce na criação e estruturação dos conteúdos dos cursos e suas unidades curriculares de ensino, devendo utilizar uma variedade de recursos e metodologias para garantir uma aprendizagem ativa e um material relevante, atualizado e adaptado às necessidades dos(as) estudantes e seu processo avaliativo. Deve, ainda, estar permanentemente atento à influência dos diferentes fatores que contribuem para experiências efetivas de ensino e aprendizagem, incluindo abordagens pedagógicas, características do perfil de aprendizagem dos(as) estudantes, sua interação e engajamento, infraestrutura tecnológica, mecanismos de avaliação, e ferramentas de suporte.

- A docência na educação superior a distância deve refletir o planejamento e a organização pedagógica e curricular do curso em que professores(as) estão inseridos(as). O percurso de aprendizagem e as expectativas do corpo docente, conforme definidas em seus planos de ensino, devem ser claramente comunicados aos(as) alunos(as) de forma a assegurar que atendam as demandas relativas à sua formação de qualidade na educação superior e, simultaneamente, sejam capazes de gerenciar seu tempo.

- O corpo docente e de mediadores pedagógicos deve conceber, implementar e mediar um espaço de ensino e aprendizagem dinâmico e vivaz, capaz de engajar estudantes em ações que reflitam metodologias ativas, interação entre pares e grupos, interação com docentes, acompanhamento efetivo, suporte individualizado e em grupos, além de processos contínuos de avaliação formativa e devolutivas de progresso acadêmico.



- O corpo docente e de mediadores pedagógicos deve estar permanentemente atento ao fato de que a educação a distância é vivenciada por estudantes originados de diferentes contextos e com diferentes identidades. Diferenças em termos de participação, percepção e motivação diante das experiências de aprendizagem devem ser mapeadas e consideradas proativamente de forma a personalizar a trajetória educacional dos(as) estudantes. A comunicação constante entre estudantes e corpo docente é primordial para o reconhecimento desta diversidade, devendo ainda considerar que a aprendizagem se dá em diferentes domínios e que experiências em uma área (desenvolvimento social e emocional por exemplo) afetam experiências em outra (desenvolvimento acadêmico, por exemplo).

- O corpo docente e de mediadores pedagógicos deve ser continuamente capacitado para atuar na Educação a Distância (EaD), por meio de processos de pesquisa, inovação e formação continuada que possibilitem a atualização e o desenvolvimento de competências digitais e metodologias inovadoras de ensino. É necessário promover seu aperfeiçoamento na utilização de plataformas tecnológicas digitais em consonância com a evolução da prática pedagógica, na personalização de conteúdos e adaptar essas experiências às necessidades individuais e coletivas dos(as) estudantes.

- Os mecanismos de cooperação no nível do corpo docente e mediadores pedagógicos são essenciais para assegurar o bom funcionamento de sistemas educacionais complexos como os da educação a distância.

- A educação a distância de qualidade envolve muito mais do que a existência de plataformas tecnológicas digitais. A necessidade de atenção e suporte é ainda mais crítica para estudantes a distância do que no ensino tipicamente presencial em função de uma maior diversidade de perfis, além do potencial impacto de isolamento a que estão sujeitos(as) em função da distância física de docentes e pares. Assim, o acompanhamento por parte do corpo docente e mediadores pedagógicos é fundamental para possibilitar que os(as) alunos(as) desenvolvam as competências e conhecimentos específicos necessários à sua formação na educação superior. Esta mediação pode se dar de forma síncrona (*online* ou presencial), decisiva para fomentar o entusiasmo, a motivação dos(as) estudantes e seu senso de pertencimento a uma comunidade de aprendizagem; ou assíncrona, aumentando sua habilidade de processar informações quando uma resposta imediata não é esperada.

- O acompanhamento da trajetória discente na EaD ao longo dos diferentes componentes curriculares é compatível com estudantes organizados em turmas, com um(a) professor(a) regente e mediadores(as) pedagógicos(as). Esse acompanhamento exige uma relação do número de estudantes por docente e mediadores pedagógicos que possibilite conduzir e assistir o progresso de cada um(a), em conformidade com a capacidade de interação efetiva entre professores(as), mediadores e estudantes,



colaborando para garantir a compreensão do conteúdo e seu desenvolvimento no curso ou unidade curricular.

- Avaliações envolvem o reconhecimento da apropriação de conteúdos, sua compreensão conceitual e o desenvolvimento de competências por parte dos(as) estudantes a partir da aplicação de seu conhecimento a contextos realistas. O corpo docente deve, portanto, ser capaz de criar cenários que simulem a complexidade das aplicações dos saberes no mundo real, por meio de problemas genuínos que possibilitem avaliar a conversão de seu conhecimento na resolução de problemas, pensamento crítico e comunicação efetiva – competências esperadas a partir da plena formação na educação superior.

- Os docentes devem contar com uma equipe técnica multidisciplinar, constituída por diferentes profissionais em diversas áreas com o objetivo de construir e desenvolver conteúdos educacionais que atendam às necessidades pedagógicas e integrem o planejamento, execução e acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem. Nela incluem-se as funções de designer educacional, designer gráfico, revisor(a) técnico-científico(a), revisor(a) e curador(a) de conteúdo, especialista em acessibilidade, produtor(a) audiovisual, coordenador(a) de estágio, entre outras.

A seguir, uma breve descrição dos papéis dos agentes da docência no ensino e aprendizagem na educação superior a distância:

Agente	Descrição	Atribuições
Professor(a) conteudista	Docente especializado nos conteúdos específicos de uma unidade curricular. Responsável pela gestão de materiais didáticos atualizados e alinhados com processos avaliativos e atividades práticas previstos no projeto pedagógico do curso e em cada unidade curricular. Sugere-se que os professores(as) conteudistas de uma IES tenham formação em pós-graduação stricto sensu, predominantemente doutores(as).	• selecionar os principais temas e tendências da área de saber de sua especialidade e da unidade curricular pelo qual é responsável • validar as escolhas de conteúdo e abordagem com seus pares, de modo a garantir que a gestão do conteúdo reflita a missão da IES e os resultados de aprendizagem esperados; • identificar as melhores estratégias e linguagens para a apresentação de conteúdos, considerando a qualidade e quantidade adequadas à formação do corpo discente, à educação a distância e aos aspectos de acessibilidade. • redigir materiais didáticos autorais, considerando ementa e conteúdo programático da unidade curricular pelo



		qual é responsável, planos de aula, o desenho instrucional e a linguagem apropriada para a educação a distância. • manter-se atualizado(a) sobre as tendências científicas, tecnológicas e profissionais da área de saber de sua especialidade, participando de congressos e eventos, ou de projetos em parceria com organizações da sociedade, em áreas correlatas aos conteúdos que são sistematizados.
--	--	--

Agente	Descrição	Atribuições
Professor(a) regente	Docente responsável pelo Plano de Ensino da unidade curricular e por planejar e coordenar as diferentes ações docentes, integrando os diversos meios e recursos para o alcance dos objetivos de aprendizagem. Também responsável por desenhar o nível de exigência dos processos avaliativos e elaborar os instrumentos de avaliação propriamente ditos. Deve ser vinculado à própria instituição, com formação e experiência na área de ensino em EaD. Sugere-se que os professores(as)	• conceber, implementar e mediar um espaço de ensino e aprendizagem dinâmico e vivaz que reflita o uso de metodologias ativas, interação com docentes e mediadores pedagógicos, acompanhamento efetivo, ações de suporte, e processos contínuos de avaliação formativa. • articular os conteúdos da disciplina pela qual é responsável a procedimentos e atividades pedagógicas, considerando o estabelecido no PPC e os aspectos da inclusão e acessibilidade e a carga horária prevista para a plena formação de alunos(as) da educação superior. • realizar a gestão dos processos de ensino e aprendizagem no que diz respeito à orientação e acompanhamento das atividades realizadas pelos(as) alunos(as). • elaborar e coordenar os processos de avaliação e de autoavaliação dos alunos(as), participando de suas correções e devolutivas com o auxílio de mediadores(as) pedagógicos(as), cujo trabalho deverá supervisionar.



	regentes de uma IES tenham formação em pós-graduação stricto sensu, predominantemente doutores(as).	- definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia e outros recursos físicos e digitais, tanto básicos quanto complementares, consoantes aos objetivos do curso e da disciplina pela qual é responsável. - participar de ações de capacitação continuada relativas ao uso de novas tecnologias e domínio de ferramentas digitais para os processos de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à EaD. - manter-se atualizado(a) sobre as tendências científicas, tecnológicas e profissionais da área de saber de sua especialidade, participando de congressos e eventos, ou de projetos em parceria com organizações da sociedade, em áreas correlatas aos conteúdos que são sistematizados.
--	---	--

Agente	Descrição	Atribuições
Mediador(a) pedagógico(a) online	Profissional da educação que atua sob supervisão do(a) professor(a) regente mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes e vinculados aos polos de educação a distância. É responsável pela mediação da aprendizagem e pela interlocução com os(as) estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), promovendo a interação entre	- conhecer o projeto pedagógico do curso e a unidade curricular sob sua responsabilidade, bem como o material didático e o conteúdo específico. - promover espaços de construção coletiva de conhecimento, junto aos discentes, a partir de ações de mediação síncronas e assíncronas. - orientar e acompanhar alunos(as) individualmente ou em grupos de estudos sob sua responsabilidade, no AVA, esclarecendo dúvidas relativas ao conteúdo da disciplina. - dialogar permanentemente com os(as) professores(as) regentes e demais mediadores(as) pedagógicos(as),



	participantes, e orientando o processo de aprendizagem. A interação personalizada e a mediação pedagógica realizada por estes profissionais são ações essenciais ao acompanhamento pedagógico necessário à formação de estudantes na educação superior. Sugere-se que esses profissionais tenham formação pós-graduada, preferencialmente <i>stricto sensu</i>.	colaborando no desenvolvimento dos componentes curriculares, desde o planejamento até a consolidação dos resultados finais. • auxiliar o professor(a) regente da unidade curricular pelo qual é responsável no processo de organização, fiscalização, aplicação e correção de avaliações. • participar dos processos avaliativos e de ensino e aprendizagem junto aos professores(as) regentes e sob sua orientação. • participar de ações de capacitação continuada relativas ao uso de novas tecnologias e ferramentas digitais para os processos de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à EaD.
--	---	--

Agente	Descrição	Atribuições
Mediador(a) pedagógico (a) presencial	Profissional da educação responsável pela mediação da aprendizagem presencial a partir da promoção de atividades realizadas nos polos ou ambientes profissionais para o aprofundamento dos conteúdos desenvolvidos no AVA. É responsável por orientar o processo de aprendizagem dos(as) estudantes na aplicação dos conteúdos teóricos em situações práticas.	• conhecer o projeto pedagógico do curso e a unidade curricular sob sua responsabilidade, bem como o material didático e o conteúdo específico. • atender os(as) estudantes nos polos, em horários pré-estabelecidos, de forma a auxiliá-los(as) no desenvolvimento de suas atividades individuais e coletivas, fomentando a postura investigativa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, bem como ao uso das tecnologias disponíveis. • estimular os(as) estudantes a organizarem suas atividades acadêmicas e de autoaprendizagem, oferecendo suporte necessário para que possam superar dificuldades, principalmente, na adaptação à educação a distância, colaborando com ações que visem à permanência do(a) aluno(a) no curso.



	Sugere-se que esses profissionais tenham formação pós-graduada, preferencialmente <i>stricto sensu</i>	• orientar e acompanhar os(as) alunos(as) sob sua responsabilidade, inclusive nos momentos presenciais obrigatórios, em atividades de estágio supervisionado e práticas laboratoriais, quando se aplicarem, bem como atividades de extensão e em ambientes profissionais • organizar grupos de estudos com os(as) estudantes sob a sua responsabilidade no âmbito do polo de atuação de maneira a reforçar a realização de ações de aprendizagem colaborativa. • auxiliar a coordenação do polo no processo de organização, fiscalização e aplicação das avaliações presenciais. • dialogar permanentemente com os(as) professores(as) regentes e demais mediadores(as) pedagógicos(as), colaborando no desenvolvimento dos componentes curriculares, desde o planejamento até a consolidação dos resultados finais.
--	---	--

Agente	Descrição	Atribuições
Coordenador (a) de curso	Docente responsável por garantir a colaboração entre professores(as) regentes e mediadores(as) pedagógicos(as), e entre estes(as) e as equipes técnicas e pedagógicas, assegurando uma abordagem coesa e eficiente. É ainda de sua responsabilidade	• coordenar, supervisionar e operacionalizar todas as atividades acadêmicas do curso, incluindo atividades formativas no campo de prática (ambientes profissionais, extensão, estágio). • acompanhar o desempenho dos(as) alunos(as) nas diferentes unidades curriculares, tendo em vista o planejamento de ações que levem à melhoria do processo de aprendizagem. • promover reuniões periódicas com o corpo docente e mediadores(as) pedagógicos do curso, visando definir estratégias para o bom



	garantir que os conteúdos estejam alinhados com as DCN, com os pressupostos da gestão da aprendizagem, e que mantenham altos padrões pedagógicos e ainda, destaquem o acompanhamento dos(as) estudantes em seu processo visando ao sucesso e a permanência dos mesmos. Sugere-se que o(a) coordenador(a) de curso de uma IES tenha formação em pós-graduação <i>stricto sensu</i>, preferencialmente doutor(a).	desenvolvimento das ações pedagógicas e acadêmicas • organizar/apoiar, sempre que possível, e com participação do corpo docente, a realização de atividades de enriquecimento científico-cultural nos polos de tais como palestras, seminários, semanas acadêmicas e simpósios. • realizar, se possível, visitas aos polos, para reuniões de acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas do curso. • responsabilizar-se pelo cumprimento do cronograma de trabalho dos(as) professores(as) regentes, relativo à programação de atividades que compõem o sistema de avaliação da aprendizagem (entrega, correção, lançamento de notas e revisão). • garantir a disponibilização das informações acadêmicas necessárias aos(às) alunos(as) no início de cada período letivo, tais como guias de curso e de unidades curriculares, e cronogramas. • participar ativamente do processo de avaliação institucional e implementar, junto com os(as) docentes e mediadores(as) pedagógicos do curso, ações que visem a permanência dos(as) estudantes no curso • realizar o planejamento do período letivo de acordo com o cronograma institucional
--	---	--

Por fim, o quadro de professores(as) e de mediadores(as) pedagógicos(as) deve especificar a relação numérica estudantes/carga horária docente e a relação numérica estudante/(carga horaria somada dos docentes e mediadores pedagógicos) capaz de garantir a qualidade da interação no processo de aprendizagem, inclusive especificando a carga horária semanal dedicada às atividades do curso. Os(As) professores(as) e mediadores(as) pedagógicos(as) devem estar vinculados à IES e serem informados no Censo da Educação Superior como tais.



6. Ensino e Aprendizagem

6.1 Dinâmica dos Processos de Ensino e Aprendizagem

A dinâmica dos processos de ensino e aprendizagem em cursos de graduação com oferta a distância é complexa. Envolve um amplo conjunto de estratégias de ensinar e aprender, mediadas por diversas tecnologias utilizadas tanto para disponibilizar os conteúdos aos alunos(as) quanto para facilitar e dar suporte à comunicação, interação, colaboração e avaliação no processo de ensino e aprendizagem, diminuindo as distâncias entre as partes envolvidas, e criando engajamento pedagógico.

Sendo o processo educativo essencialmente relacional, cursos de graduação com oferta a distância devem promover situações de interação formativa entre os(as) estudantes e desses com os(as) professores(as), mediadas por tecnologia ou presenciais, fomentando um processo reflexivo individual e coletivo, fundamental para a compreensão, aprofundamento e utilização dos conceitos aprendidos e o desenvolvimento das competências esperadas.

O encontro de saberes entre docentes e estudantes na EaD é essencial. O docente deve ser ativo e ter autoria no processo de ensino e aprendizagem na sua relação com os(as) estudantes, através de seu acompanhamento, na orientação de estudos e no esclarecimento de dúvidas. O(a) estudante também deve ser ativo e autor na sua própria formação, vivenciando plenamente o ambiente acadêmico e o pertencimento a um coletivo ligado ao ensino, ao enriquecimento cultural, à extensão e à pesquisa. Por tais razões, a proximidade relacional entre alunos(as) de um mesmo curso e mesmo de cursos diferentes - cria um ambiente de comunidade essencial para ampliar o horizonte de visão dos(as) estudantes.

Independentemente da abordagem pelas quais os conceitos, ideias e argumentos chegam ao aluno(a), o conteúdo é inerte até que as pessoas façam algo com ele. A educação superior pressupõe pensamentos complexos e um processo de construção de conhecimentos que favoreça a produção de novas sínteses, com tempo de amadurecimento e de reorganização mental. Daí, também, a necessidade de se desenvolver metodologias ativas, participativas e desafiadoras do processo de produção coletiva do conhecimento, explicitadas no planejamento pedagógico do curso e das unidades curriculares, constantemente avaliadas e ajustadas para garantir os objetivos educacionais e colaborar para reduzir a evasão.

Por mais tentadora que seja a ideia de que as tecnologias, em si, podem entregar os conteúdos aos estudantes, é essencial manter o foco das ações educacionais,



assegurando que todos tenham o acesso, conhecimento, disposição e ambiente necessários para fazer uso produtivo dessas ferramentas. A tecnologia, portanto, não deve ser o ponto focal de um curso de graduação com oferta a distância, mas um elemento que viabiliza e potencializa as interações de aprendizagem, unindo, sem exclusão, alunos(as) e professores(as) ao longo de diferentes tempos e espaços, com robustez, simplicidade, estabilidade e usabilidade.

As três dimensões - pessoas, conteúdo e tecnologias - são críticas para a EaD. Embora cada uma possa ser explorada independentemente, as três são plenamente inter-relacionadas na prática.

- O ambiente de aprendizagem deve ser colaborativo entre os atores do processo (discentes e docentes), proporcionando vivência acadêmica para o(a) estudante. Para isso, é necessário induzir um ambiente de turma, proporcionando trocas intensas entre alunos(as) de um mesmo curso e no mesmo nível, sem deixar de lado a riqueza da interação com colegas de outros cursos.
- O engajamento estudantil deve ser cultivado aproveitando a motivação intrínseca dos(as) estudantes, mas também a partir do desafio gerado pela relação com os(as) professores(as), mediadores (as) pedagógicos(as) e colegas, bem como pelo uso estratégico de diferentes mídias e tecnologias, além de abordagens tais como gamificação, realidade aumentada e realidade virtual, por exemplo.
- A articulação das ferramentas tecnológicas e das metodologias devem constar no plano de ensino da unidade curricular, de responsabilidade do(a) professor(a) regente, o qual deve prever trilhas de aprendizagem atualizadas e consistentes com os conhecimentos e competências a serem desenvolvidos. Ainda que se preveja a liberdade de organização do(a) aluno(a), é importante que haja uma orientação para a realização de suas tarefas, pois há conteúdos que seguem ordem sequencial ou mesmo o processo de construção do conhecimento demanda uma certa organização e, como já foi apontado, o processo de conhecimento não ocorre isoladamente. Por essas razões, a oferta de unidades curriculares deve respeitar um tempo mínimo de consolidação, que não deve durar menos de 10 semanas.
- Para cursos de graduação com oferta a distância que, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), necessitam de práticas laboratoriais, estas devem ser oferecidas presencialmente nos polos, através de equipamentos de qualidade equivalente àqueles utilizados nos cursos presenciais.
- Algumas estratégias metodológicas podem ser utilizadas neste processo de aprendizagem colaborativa:

- 
- Atividades presenciais: exigem a presença física dos(as) alunos(as) em um determinado local (sede, polos, ambientes profissionais, entre outros), com controle de presença, quando obrigatórias. As atividades são planejadas para complementar o ensino não presencial, proporcionando oportunidades para interação face a face e coletivas, para prática em laboratório físico, vivência em ambientes profissionais e avaliação, entre outras finalidades.
 - Atividades síncronas: docentes, mediadores pedagógicos e discentes interagem em tempo real, envolvidos na troca simultânea de informações e experiências, nas quais os(as) discentes possam fazer intervenções, preferencialmente com câmera aberta, permitindo que todos os participantes possam usufruir da troca de informações e conhecimentos. Nos casos em que essas atividades têm a determinação de quantidade máxima de estudantes e controle de frequência, são denominadas atividades síncronas reguladas.
 - Atividades assíncronas: podem ser concebidas como uma composição entre o estudo de materiais em vídeos, áudios, textos escritos, e participação em fóruns de discussão, realização de estudos dirigidos, exercícios reflexivos, dentre outros, nos quais são permitidas perguntas através do ambiente virtual, com as respostas não sendo imediatas, permitindo que os(as) estudantes trabalhem em seu próprio ritmo.

6.2 Ambientes Profissionais

Os ambientes profissionais de prática no ensino superior, no contexto da graduação, referem-se a espaços e contextos em que os(as) estudantes podem aplicar em situações reais de trabalho os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula ou plataformas tecnológicas digitais de ensino. Esses ambientes são fundamentais para a formação prática e o consequente desenvolvimento de competências profissionais.

As IES podem adotar uma série de ações práticas que integrem os ambientes profissionais ao seu sistema de polos de educação a distância, tomando como ponto de partida o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) transcrito com especificidades para cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC). A IES deve estruturar um plano de atuação nos polos de modo a prover suporte contínuo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos(as) estudantes, valendo-se de uma relação institucionalizada com profissionais parceiros(as) em escolas, empresas, clínicas e laboratórios e seus ambientes, para o processo de aprendizagem dos(as) estudantes.



Tanto os polos como os ambientes profissionais precisam estar estruturados para servir como centro de apoio pedagógico e tecnológico, proporcionando um espaço onde estudantes se reúnam para práticas de aprendizagem colaborativa que estimulem o desenvolvimento de habilidades e competências definidas nas DCN de cada curso. Ao introduzir uma dinâmica organizada entre sede, polos e ambientes profissionais, espera-se que os cursos de graduação com oferta a distância estejam mais alinhados às demandas do mundo do trabalho e ao futuro das profissões, contribuindo para aumentar a permanência acadêmica e gerar valor na formação e na empregabilidade dos formandos.

- Ambientes profissionais de prática são contextos educativos que proporcionam aos estudantes a oportunidade de vivenciar e aplicar conhecimentos em situações do mundo real com foco no desenvolvimento de habilidades práticas, sociais e comportamentais, essenciais ao desempenho no mundo do trabalho, incentivando a reflexão sobre as experiências vividas e promovendo uma aprendizagem mais profunda e contextualizada.
- A relação entre sede, polo e ambientes profissionais deve ser fortalecida para assegurar um alinhamento de fluxos operacionais, procedimentos acadêmicos e dinâmicas pedagógicas, evidenciando a centralidade do(a) estudante no processo de ensino e aprendizagem. A proposta é garantir que as atividades práticas previstas nos PPCs, como oportunidades de estágios, práticas em laboratórios, atividades de extensão, trabalhos em grupo e outras atividades, realizadas em parceria com ambientes profissionais, estejam acessíveis a todos os(as) estudantes da EaD e contem com a supervisão ativa de professores(as) regentes ou mediadores pedagógicos, provendo o suporte pedagógico profissional para a qualidade da aprendizagem esperada.
- É importante para as IES, em estreita colaboração com os polos, fomentar parcerias com ambientes profissionais nas cidades onde estão localizados seus polos com aderência às ofertas de cursos de graduação com oferta a distância. Os coordenadores de polos e agentes educacionais devem ser capacitados para atuar na mobilização de parceiros locais e regionais, facilitando aos estudantes oportunidades de estágios e interações com empresas e profissionais de áreas correlatas ao curso ofertado.

6.3 Materiais didáticos

Materiais didáticos na EaD se integram à docência como elementos fundamentais à viabilização de objetivos de aprendizagem, contribuindo para que a experiência do(a) aluno(a) seja mais estimulante, engajadora e interativa. De forma geral, se referem a um conjunto de recursos, (textos, vídeos, aplicativos diversos, laboratórios digitais, entre outros) alinhados com os demais elementos



dentro de um curso ou unidade curricular, tais como processos avaliativos e atividades. Devem ser concebidos tendo em vista o contexto em que estão sendo utilizados, o conteúdo a ser administrado, estudantes que os utilizam, contando sempre com a intermediação do(a) docente à frente do processo formativo.

- Os materiais didáticos devem se alinhar, ainda, ao conhecimento complexo esperado para a formação de alunos(as) na educação superior de graduação que, por sua vez, requer o desenvolvimento de competências associadas a processos criativos, analíticos e de desenvolvimento acadêmico e cognitivo compatíveis com o nível de formação. Assim, materiais didáticos concebidos para a educação superior a distância devem promover ambientes de aprendizagem que oportunizem a colaboração, comunicação, competências digitais, competências sociais, como parte de um ecossistema em que os(as) alunos(as) sejam capazes de desenvolver ao máximo suas potencialidades.
- Materiais didáticos utilizados na EaD devem refletir o planejamento e a organização pedagógica e curricular do curso ou unidade em que estão inseridos, alinhando conteúdos e abordagens pedagógicas diretamente aos objetivos de aprendizagem e necessidades específicas dos(as) alunos(as), o que inclui a adequação ao nível de formação na educação superior.
- Devem apresentar excelência e caráter autoral, sendo planejados e elaborados por docentes com formação acadêmica compatível e competências ampliadas, específicas para o ensino e a aprendizagem a distância.
- Materiais didáticos devem viabilizar objetivos de aprendizagem clara e explicitamente definidos, além de serem constituídos por conteúdos multimeios, a partir de tecnologias que potencializem a aprendizagem, aumentem o número de estudantes atendidos e estendam as ações para estudantes com deficiências.
- É fundamental que os materiais didáticos promovam o contato efetivo regular entre discentes, mediadores pedagógicos e docentes propondo e subsidiando ações tais como discussões em grupo, encontros síncronos em grupo ou individuais, avaliação entre pares, sessões de estudo ou seminários complementares, idas a campo, sessões de acompanhamento e orientação acadêmica, e outras atividades que viabilizem, ainda, processos de avaliação formativa e possibilitem aos alunos(as) realizarem perguntas e obterem respostas de maneira frequente por parte da equipe docente.
- O corpo docente deve atualizar continuamente os materiais didáticos e soluções educacionais, incorporando novas tecnologias e práticas pedagógicas visando o enriquecimento da experiência de aprendizagem.



- Materiais didáticos devem expressar, em cada uma de suas unidades curriculares, a abrangência e profundidade de conteúdos específicos e competências para a formação na educação superior.
- Devem refletir a carga horária de dedicação esperada para a plena formação de um(a) estudante na educação superior em cada componente curricular, tanto no que diz respeito a seu tempo equivalente de sala de aula previsto no ensino presencial (unidades de crédito de uma unidade curricular) quanto ao de estudo individual extraclasse levando em conta, para isso, métricas explícitas relativas ao tempo utilizado para a exploração dos diferentes recursos.

6.4 Plataformas tecnológicas digitais de ensino

As plataformas tecnológicas digitais de ensino são ferramentas que facilitam o processo de comunicação, ensino, aprendizagem e avaliação por meio do uso eficiente dos recursos tecnológicos. Elas permitem a interação entre alunos(as) e professores(as), o acesso a conteúdos educacionais e a gestão de atividades acadêmicas, facilitando o controle e a análise de dados educacionais para monitorar o engajamento e desempenho dos(as) alunos(as).

A seguir, um resumo das principais características e tipos de plataformas, incluindo os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA):

- Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) que são as plataformas mais utilizadas no Brasil e no mundo, que oferecem um espaço para a gestão e realização de cursos, integrando recursos como fóruns, *chats*, *quizzes*, e materiais didáticos, e podendo idealmente estar integrados a todas as plataformas apresentadas a seguir por meio de um acesso único.
- Plataformas de videoconferência;
- Plataformas de biblioteca digital;
- Plataformas de Educação Colaborativa em nuvem, que promovem a interação e a colaboração entre alunos(as), permitindo que trabalhem em equipe em projetos e atividades, com compartilhamento de recursos e devolutivas em tempo real.
- Plataformas de Avaliação e Devolutivas de progresso acadêmico, e focadas na aplicação de avaliações e na análise do desempenho dos(as) alunos(as). Dentre suas características, destaca-se a criação de *quizzes* interativos, provas randomizadas e avaliações em tempo real, podendo ser suportadas por tecnologias como reconhecimento facial e controle de acesso de sites, bem como gerar indicadores do progresso acadêmico



do(a) estudante orientando ações de seu engajamento por parte do corpo docente.

- Plataformas de Tecnologias emergentes, como realidade aumentada (RA) e realidade virtual (RV), que possibilitam a visualização de conteúdos, aumentando o potencial de engajamento dos(as) estudantes. Tais plataformas facilitam a compreensão profunda de conteúdos complexos, impactando diretamente na melhora dos resultados de aprendizagem.
- Plataformas de Laboratórios virtuais que são ambientes simulados que possibilitam aos estudantes realizarem experimentos e práticas de forma controlada e interativa, sem a necessidade de estarem fisicamente presentes em um laboratório tradicional. Esses laboratórios não substituem as práticas presenciais, mas são especialmente úteis em cursos que exigem atividades práticas, como nas áreas de saúde, engenharias e ciências exatas. Estes laboratórios permitem que os(as) alunos(as) apliquem os conhecimentos teóricos em contextos práticos, antes e depois de uma prática presencial no polo ou em ambientes profissionais.

Partindo desse conjunto de infraestrutura tecnológica, compete às IES explorar no PPC o uso dessas tecnologias para fomentar a interatividade entre estudantes e deles com os(as) professores(as), tornando o processo de aprendizado dinâmico e colaborativo nas ofertas em EaD. A expectativa é que sejam extrapolados critérios tradicionalmente adotados no EaD, como a análise de tempo de uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e as interações assíncronas, e impulsionar uma interatividade entre estudantes e professores(as), bem como também a criação de indicadores de engajamento pedagógico dos(as) estudantes e IES. Os momentos de interação síncrona contribuem para minimizar a sensação de distância e isolamento dos(as) estudantes, desempenhando um papel central na criação de uma identidade acadêmica e do senso de pertencimento entre estudantes e IES. Além do mais, os momentos de interação síncrona podem ser uma referência para a observância de dúvidas de aprendizagem, com repercussão na elaboração ou aprofundamento de materiais didáticos, bem como na proposição de atividades assíncronas.

Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) são plataformas utilizadas para o planejamento, oferta, acompanhamento, gestão e avaliação da aprendizagem, essenciais para cursos de graduação com oferta a distância (EaD). Essas plataformas oferecem recursos interativos e colaborativos, facilitando a comunicação entre estudantes, professores(as) regentes, e mediadores(as) pedagógicos(as) online, bem como fornecem acesso estruturado, organizado e personalizado a materiais didáticos, atividades e avaliações em um contexto flexível de tempo e espaço.



Quando utilizado de forma planejada, o AVA contribui de forma significativa para o êxito do processo de ensino e aprendizagem, por meio de instrumentos que incentivam o estudo efetivo e autônomo, sendo igualmente importante para uma efetiva gestão de outras plataformas quando elas estão integradas ao AVA. Adicionalmente, a inteligência artificial (IA) em conjunto com estratégias de analítica de aprendizagem contribuem para personalizar o ensino, identificar dificuldades em tempo real e oferecer suporte aos estudantes.

- O AVA deve possibilitar aos docentes a criação e oferta de conteúdos e recursos educacionais que possam ser acessados pelos discentes de modo flexível, no que se refere às dimensões de tempo e espaço, viabilizando que os(as) alunos(as) realizem atividades no próprio ritmo, conciliando estudos com outras responsabilidades.

- Entre os recursos disponíveis para os(as) estudantes interagirem entre si, com professores(as), e com o conteúdo, destacam-se, dentre outros, os fóruns de discussão, avaliação por pares, *chats*, videoconferências interativas, espaços para organização de trabalhos em grupo, ferramentas de entrega de tarefas e criação de questionários, bem como acesso a bibliotecas virtuais.

- Materiais didáticos concebidos para a educação superior desempenham um papel central na formação dos(as) estudantes devendo, portanto, estar inseridos de forma adequada em todas as plataformas tecnológicas digitais de ensino, em uma diversidade de formatos – tais como *e-books*, artigos em formato PDF ou HTML, videoaulas, *podcasts*, simulações e laboratórios virtuais, além de acervos digitais e biblioteca digital – permitindo que o conteúdo atenda a diferentes estilos de aprendizagem e promova uma experiência de estudo mais rica e envolvente.

- Estudantes de graduação com oferta predominantemente a distância enfrentam os desafios de sua formação sem o benefício adicional da proximidade física dos(as) docentes. Desse modo, é primordial que as plataformas tecnológicas digitais de ensino subsidiem o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à sua autonomia como aprendizes com estruturas e instrumentos que viabilizem uma navegação clara e eficaz pelos conteúdos, o acompanhamento de seu progresso e desempenho, e espaços de suporte diante de dúvidas e questionamentos acadêmicos, procedimentais e administrativos.

- Além disso, essas plataformas tecnológicas digitais devem permitir o monitoramento e o gerenciamento de ações e desempenhos discentes por meio de relatórios, que podem ser facilitados por uma modelagem de IA, de maneira a apoiar a aprendizagem adaptativa, voltada para necessidades individuais ou de grupos, assegurando uma experiência de aprendizagem mais efetiva e personalizada e criando oportunidades para o aprimoramento do percurso de



aprendizagem. Muito importante que as necessidades específicas de cada aluno(a) quanto ao seu processo de aprendizagem sejam devidamente consideradas pela coordenação do curso, professores e mediadores pedagógicos, visando o êxito no desempenho acadêmico.

- A acessibilidade exige atenção especial nas plataformas tecnológicas digitais de ensino, que devem dispor de recursos como legendas, audiodescriptores, tradução automática do português para a Língua Brasileira De Sinais (LIBRAS), aumento do tamanho de fontes e outras funcionalidades. É fundamental a presença de um núcleo de acessibilidade e inclusão que ofereça suporte quanto às diretrizes de acessibilidade e usabilidade dos recursos didáticos.

- Idealmente, as plataformas tecnológicas digitais de ensino devem contemplar a integração com outros sistemas, tais como o acadêmico, a partir de suporte a padrões como SCORM (*Sharable Content Object Reference Model*) ou xAPI (*Experience API*) para assegurar a compatibilidade com diversos tipos de conteúdo e dados.

- Para garantir o sucesso no uso das plataformas digitais, é fundamental promover o desenvolvimento das competências digitais de todos os envolvidos no processo educacional, por meio de diagnósticos e programas de formação continuada, realizados regularmente pelas instituições de ensino superior (IES).

6.5 Avaliação do estudante

O processo avaliativo não somente é um meio de mensuração da aprendizagem ocorrida, mas também um grande facilitador do processo de aprendizagem propriamente dito. É central à qualidade da formação discente no ensino superior, possibilitando ao próprio estudante acompanhar seu desenvolvimento, e oferecendo um permanente realinhamento de ações no decorrer da experiência de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a avaliação torna-se uma extensão do processo formativo, em vez de apenas uma etapa de verificação e prestação de contas.

Como estruturador do design educacional, o processo avaliativo é consonante com a proposição de atividades de diferentes formatos que permeiam o trajeto de aprendizagem. Essas atividades podem ser individuais, em formatos mais objetivos, ou colaborativas, favorecendo a construção coletiva de conhecimentos e devem ser vinculadas aos objetivos de aprendizagem e ao desenvolvimento de habilidades e competências previamente discutidas e estabelecidas.

No entanto, como um curso superior de graduação normalmente é habilitador para uma profissão, é preciso que a instituição tenha certeza de que seu egresso



está realmente habilitado para o exercício profissional. Portanto, o processo avaliativo, além da robustez crítica e de uma análise rigorosa do nível de aprendizagem do(a) estudante, deve ser cercado de procedimentos que garantam a integridade da avaliação (coerência com o Plano de Ensino e atualidade com relação à produção de conhecimento da área) e a identidade do(a) estudante avaliado(a). Por essa razão, cada unidade curricular a distância dos cursos de graduação (exceto os estágios) deverão ter, pelo menos, uma avaliação presencial (no polo), devendo essas avaliações terem certificação da identidade dos(as) alunos(as). O peso da(s) avaliação(ões) presencial(is) deve ser majoritário na composição da nota final do(a) estudante.

- Processos avaliativos, na educação superior a distância, devem refletir o planejamento e a organização pedagógica e curricular do curso em que estão inseridos, promovendo uma avaliação contextualizada e diversificada que considere as competências e vivências dos(as) estudantes, utilizando diversos instrumentos avaliativos de forma a oferecer uma visão integral dos(as) alunos(as).

- Devem garantir a identidade do(a) estudante avaliado(a), qualquer que seja o instrumento utilizado, devendo, ainda, realizar pelo menos uma avaliação presencial (no polo), no máximo a cada 10 semanas da oferta da unidade curricular, com peso majoritário na nota final do(a) estudante, sendo no mínimo um terço do peso da avaliação presencial composta por questões discursivas de análise e síntese.

- Os processos avaliativos devem possibilitar aos estudantes verificarem se os objetivos de aprendizagem foram atingidos, bem como explorar metodologias que utilizem o ambiente de interatividade síncrona, como debates, apresentações, estudos de caso e simulações, como parte da avaliação que pode ser realizada em tempo real.

- A avaliação do desempenho de estudantes diante de cenários de aplicação de conhecimentos complexos exige do corpo docente o uso de instrumentos que garantam a integridade acadêmica do processo formativo e atendam a critérios que permitam a mensuração acurada das habilidades e competências desenvolvidas no âmbito da boa prática pedagógica. Além disso, deve oferecer uma oportunidade justa de avaliar o desenvolvimento apropriado dos(as) alunos(as) no âmbito da educação superior. Este processo não é compatível, portanto, com a utilização apenas de avaliações automáticas baseadas em bancos de questões objetivas, concebidas para atender a um grande volume de estudantes.

- A avaliação de um componente curricular deve expressar a abrangência e profundidade de conteúdos específicos e competências para a formação na educação superior.



- Os processos avaliativos devem dispor de mecanismos para identificar e apoiar estudantes com dificuldades de aprendizagem, promovendo a intervenção e suporte adequados. Devem incorporar tecnologias que permitam devolutivas imediatas e contínuas, promovendo um ciclo ininterrupto de melhoria e desenvolvimento pessoal e acadêmico.
- A avaliação de cada unidade curricular deve ser de responsabilidade do(a) professor(a) regente que deverá conceber os processos e instrumentos avaliativos, revisá-los a cada oferta de curso ou da unidade curricular, supervisionando o processo de correção, quando realizado por mediadores(as) pedagógicos(as).
- Os processos avaliativos devem viabilizar o monitoramento e análise das taxas de aprovação e reprovação para identificar áreas que possam necessitar de ajustes nas metodologias de avaliação e no suporte acadêmico.



7. Polos de educação a distância como espaço educativo

O polo de educação a distância desempenha um papel essencial na formação integral do(a) estudante universitário, servindo como ponto de contato do(a) estudante com a instituição (IES), contribuindo para a identidade institucional, do curso e do(a) estudante.

Permite que os(as) estudantes realizem avaliações presenciais e se engajem nas atividades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), tais como laboratórios didáticos, servindo como ponto de contato da IES com os campos profissionais e de estágio na região, bem como para as atividades de extensão.

A estrutura dos polos deve proporcionar um ambiente de estudo e prover recursos de informática e internet para aqueles estudantes que o necessitam. Precisa também favorecer a socialização, que é fundamental, pois possibilita o desenvolvimento de habilidades sociais, a construção de redes de contato e o enriquecimento do aprendizado por meio da troca de experiências, que acontecem tanto no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), mas também presencialmente no polo e demais áreas de estágio obrigatório de cada curso e atividades de extensão.

Não existe modelo único para o funcionamento de um polo, depende criticamente do número de alunos(as) que o frequentam e das demandas oriundas dos cursos de graduação oferecidos. Por exemplo, polos que oferecem cursos nas áreas de saúde e engenharias precisam ser mais robustos, com uma infraestrutura de laboratórios complexa. Entretanto, pode-se estabelecer uma infraestrutura mínima para o caso de oferta de cursos que não tenham atividades laboratoriais e número reduzido de alunos(as).

- Um polo de educação a distância deve atender às normas da ABNT, abrangendo espaço de recepção, laboratório de informática, espaço para estudos e reuniões de alunos(as), sala de atendimento aos alunos(as), sala de aula e banheiros, adequados ao número de alunos(as) previstos para serem atendidos. Deve oferecer uma rede *wi-fi* com conexão de banda larga de boa qualidade.
- No caso de cursos que, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), necessitam de práticas laboratoriais, os polos devem ter laboratórios físicos, pelo menos, de qualidade equivalente àqueles utilizados nos cursos presenciais. Nestes casos, é aceitável que sejam usados laboratórios existentes em instituições de ensino ou ambientes profissionais próximos aos polos, desde que tal uso comum seja formalizado por meio de convênio ou contrato.



- Os polos são a presença da IES nas localidades, com atenção especial às regionalidades e seus impactos nas atividades no campo de prática, especialmente as extensionistas. Portanto, de preferência, eles devem ser da própria instituição (polos próprios), podendo ser mantidos por meio de parceiros, desde que atendam unicamente a uma IES e sua parceria esteja devidamente formalizada.
- O polo deve contar com um gestor acadêmico, capacitado pela IES, que atuará no acolhimento aos estudantes, atendendo suas necessidades primordiais, tais como iniciação ao AVA, orientações acadêmico-administrativas, e especialmente servindo de ponte com o campo profissional e as atividades de extensão. Deve contar também com técnico(s) de laboratório no caso de oferecer práticas laboratoriais.
- Conforme o PPC, o polo poderá ter também mediadores(as) pedagógicos(as) presenciais contratados pela IES e sob a orientação dos(as) professores regentes, que façam o acompanhamento dos(as) alunos(as) nos processos de ensino e aprendizagem das unidades curriculares,
- O polo deve servir também como apoio ao estudante sob o ponto vista socioemocional, procurando inserir o(a) estudante em grupos de estudo e outras atividades, que diminuam a sensação de isolamento e oferecendo maior acolhimento humanizado com os recursos disponíveis.
- Os polos devem operar como espaços dinâmicos que estimulam a inovação e a capacitação contínua. Essa visão ampliada fortalece a proposta de um ensino superior que se adapta às demandas contemporâneas, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficiente e relevante.
- O polo deve ter condições de acessibilidade para que não haja barreiras de acesso a pessoas com deficiência.



8. Integração institucional, gestão da qualidade e repercussão no contexto social e acadêmico

A oferta de educação superior a distância de qualidade supõe um processo contínuo de gestão que envolve a integridade institucional da EaD e a implementação de um sistema interno de gestão da qualidade. Este parâmetro abrange aspectos como o controle de qualidade interno das IES, os processos de autoavaliação e percepção das comunidades interna e externa, e os mecanismos de monitoramento e revisão continuada de processos e práticas educacionais, levando em consideração informações coletadas sistematicamente e outros aspectos relacionados à experiência dos(as) estudantes, como taxas de evasão, conclusão de curso e empregabilidade.

Tal controle e monitoramento tem como finalidade última a garantia de que os cursos de graduação com oferta a distância contribuam de fato para o desenvolvimento social e econômico da região e do país, bem como estejam em sintonia com o avanço científico e acadêmico no mundo. Valorizar o sistema de controle de qualidade interno passa ainda por questões como a gestão da qualidade acadêmica e de pesquisa, que são elementos fundamentais nesse processo.

8.1. Governança e planejamento institucional da oferta de EaD

A disponibilização de cursos de graduação com oferta a distância deve ser fruto do planejamento estratégico institucional, devendo estar expressa em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como em seu Projeto Pedagógico Institucional (PDI), implicando coerência com relação à oferta de cursos tipicamente presenciais. Ela deve estar contextualizada nas políticas e procedimentos educacionais e administrativos implementados, e refletida nos projetos pedagógicos dos cursos.

Esse direcionamento se traduz ainda na alocação adequada de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento dos programas, de modo a alcançar a qualidade desejada para a oferta e viabilizar o alcance dos resultados esperados.

- Na construção de cursos de graduação e programas educacionais, a IES deve definir um sistema de gestão da qualidade que estipule parâmetros e indicadores específicos, alinhados à visão e missão da instituição. Esses elementos são essenciais para guiar não apenas a organização curricular e o desenho instrucional, mas também para direcionar o monitoramento contínuo e o processo de autoavaliação.

- 
- Adicionalmente, é preciso estabelecer procedimentos de governança claros que reforcem a solidez e transparência do sistema de gestão de qualidade para a educação a distância oferecida pela instituição.

8.2. Autoavaliação e monitoramento da EaD

A autoavaliação é um princípio importante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tanto para as instituições como para os cursos. No caso da educação a distância, cabe destacar que ela desempenha um papel crucial em várias áreas, desde a manutenção da integridade acadêmica até o apoio aos estudantes. Manter uma integridade acadêmica robusta é especialmente importante em se tratando de cursos de graduação com oferta a distância.

Considerando a flexibilidade da oferta de educação a distância, torna-se importante a adoção de um plano de monitoramento do engajamento dos(as) estudantes e estabelecer processos de revisão continuada das práticas educacionais. Para tanto, é crucial adotar soluções de *learning analytics* que viabilizem o acompanhamento de informações em tempo real da participação dos(as) estudantes em atividades presenciais obrigatórias, atividades síncronas e assíncronas, e atividades práticas como estágios e extensão.

Adicionalmente, é de igual importância monitorar as taxas de evasão e conclusão de curso, bem como indicadores de empregabilidade e de satisfação dos(as) estudantes egressos. Isso implica sistematizar um plano de monitoramento do desempenho dos(as) estudantes nas diferentes etapas do processo de ensino e aprendizagem. Devem ainda ser consideradas a aplicação de questionários e rotinas de devolutivas para identificar áreas que necessitam de melhorias, sejam elas relacionadas ao apoio institucional, ao conteúdo, à metodologia, ao suporte técnico ou ao atendimento; e ainda os resultados experiências e percepções das comunidades interna e externa sobre a IES.

Isso não substitui a necessidade da adoção de um sistema de indicadores que capte as principais dificuldades de aprendizagem dos(as) estudantes e, com isto, estimule e oriente as devolutivas pedagógicas. O plano de monitoramento deve observar não somente a assiduidade dos(as) estudantes no desenvolvimento de atividades, bem como também o seu efetivo engajamento, visando a obtenção de êxito no aprendizado. Para tanto, são importantes relatórios periódicos de desenvolvimento de atividades de aprendizagem e/ou avaliativas, bem como também relatórios periódicos de engajamento dos(as) alunos(as), dúvidas de aprendizagem e devolutivas pedagógicas.



- É recomendável a adoção/implementação de normas para estabelecer práticas eficientes e eficazes em ambientes educacionais, oferecendo parâmetros para um sistema de gestão.
- Um bom processo de avaliação interna revela o grau de alinhamento entre a captação de alunos(as), o percentual de conclusão dos cursos e as taxas de empregabilidade. Com base nestas informações, as IES devem estabelecer rotinas internas de revisão periódica de processos e práticas educacionais e para isso é fundamental que os processos da EaD estejam institucionalizados na IES.
- Para implementar uma rotina rigorosa e sistemática de autoavaliação, as IES devem considerar desde a concepção do curso e sua proposta metodológica, a utilização adequada de soluções tecnológicas, o desempenho dos(as) estudantes, o papel dos profissionais de educação e a relação estabelecida entre sede, polo, e ambiente profissional, até o impacto socioeconômico e no desenvolvimento local. Os resultados dos relatórios da autoavaliação devem ser sistematizados de modo analítico, descritivo e reflexivo, apontando pontos fortes e áreas de melhoria, de modo a orientar a rotina de revisão periódica de processos e práticas educacionais.
- É importante dar transparência aos resultados da autoavaliação. Isso significa disponibilizar evidências relevantes e suficientes para justificar os resultados apresentados. Dessa forma, a comunidade acadêmica e os parceiros externos podem ter uma visão clara do desempenho da instituição, dos programas e dos cursos, o que contribui para a credibilidade e a confiança na qualidade da EaD oferecida pela IES.

8.3. Experiências e percepções das comunidades interna e externa

Considerando a consolidação de um sistema interno de gestão de qualidade e institucionalização de processos de EaD, a experiência e percepção das comunidades interna e externa da IES se tornam indicadores importantes tanto para a melhoria contínua da qualidade dos programas oferecidos, quanto para a adequação às exigências e expectativas do mundo do trabalho.

É vital para as IES estabelecer canais de comunicação eficazes com a sociedade e o setor privado, visando a construção de parcerias estratégicas que sirvam para desenvolver programas que atendam às necessidades do mundo do trabalho, ampliar a oferta de estágios, oportunidades de projetos práticos de extensão, e até mesmo coletar contribuições para a atualização dos currículos. Neste sentido, as IES devem estruturar procedimentos internos para compreender as experiências e as percepções das partes interessadas, pensando tanto a comunidade interna como externa da IES. Os resultados



recebidos por estes diversos canais e mecanismos de engajamento da comunidade devem ser sistematizados e utilizados para fins de revisão periódica de processos e práticas educacionais.

- É recomendado que as IES, em seus processos continuados de melhoria de qualidade, considerem abordagens complementares, como a criação de canais de comunicação para engajamento da comunidade externa, a aplicação de pesquisas de satisfação e grupos focais com estudantes em final de curso, egressos(as) e professores(as). Ao compreender suas experiências, percepções valiosas podem ser capturadas sobre a eficácia do conteúdo do curso, metodologias de ensino, apoio administrativo, suporte acadêmico, orientação profissional, recursos tecnológicos e outros.
- Outras práticas como avaliações de estudantes egressos(as) e a formatação de conselhos consultivos de parceiros públicos e privados de cursos e áreas específicas de oferta educacional, envolvendo empresários(as), ex-alunos(as) e líderes comunitários, também podem ser exploradas para discutir currículos, estratégias de ensino e pesquisa, e planos de aumentar o impacto socioeconômico e de desenvolvimento local.
- Um sistema robusto de gestão de qualidade inclui procedimentos para receber e tratar queixas, incluindo oficializar um processo claro e acessível que os(as) alunos(as) e outras partes interessadas possam seguir para resolver disputas ou expressar preocupações; a formação de um comitê independente que reveja e aja sobre as reclamações apresentadas, com prazos estabelecidos para a resposta e ação; e a criação de canais de comunicação para manter os reclamantes informados sobre o progresso e a resolução de suas queixas e usar essas informações para melhorar a instituição.

8.4 Impacto socioeconômico e no desenvolvimento local

É fundamental assegurar que os(as) estudantes não apenas ingressem, mas também concluam o curso superior de graduação com oferta a distância. A permanência e a conclusão do curso podem ser promovidas através de suporte acadêmico e orientação, além da criação de uma comunidade de aprendizagem dinâmica e interativa. Para tanto é crucial assegurar que os cursos de graduação com oferta a distância sejam relevantes para o mundo do trabalho local e regional, e alinhados com as tendências do futuro do trabalho.

- A empregabilidade dos(as) estudantes após a conclusão do curso de graduação com oferta a distância é um indicador de sucesso que não apenas reforça a relevância e o impacto socioeconômico dos cursos ofertados em EaD, como também servem como motivação para incentivar



esta permanência. Ao definir com clareza os resultados esperados para o perfil do(a) egresso(a), alinhados com as expectativas do mundo do trabalho, torna-se possível avaliar como o curso contribuiu para o desenvolvimento profissional dos(as) estudantes e mensurar o impacto socioeconômico e de desenvolvimento local no longo prazo.

- É crucial que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos (PPCs) dos cursos de graduação com oferta a distância estejam coerentes com as tendências futuras do mundo do trabalho, incluindo o monitoramento do progresso dos(as) egressos(as) em termos de empregabilidade e a relevância dos cursos a distância em relação às demandas regionais e locais de emprego. A partir destes dados, a Instituição de Ensino Superior (IES) deve evidenciar seu comprometimento com a missão institucional, destacando como os ex-alunos(as) sobressaem-se em suas áreas, e o impacto que a formação teve em suas carreiras e remuneração.

8.5 Internacionalização e papel das IES em um mundo interconectados

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, as IES desempenham um papel crucial na formação e desenvolvimento de talentos globais, preparando os(as) estudantes com as habilidades e competências necessárias para serem incluídos e prosperar em uma economia global.

A internacionalização do currículo é uma prática essencial para preparar os(as) estudantes para um mundo cada vez mais globalizado. Isso envolve uma série de estratégias, como a análise de padrões educacionais e *benchmarks* de instituições de ensino superior de renome internacional. Também podem ser comparados conteúdos de cursos, métodos de ensino, avaliações e resultados de aprendizagem, de modo a identificar tendências globais e lacunas de conhecimento, e adequar os processos de ensino e aprendizagem a boas práticas internacionais.

- As IES devem contribuir para o desenvolvimento de profissionais capazes de se inserirem na sociedade e na economia global, através da disseminação do conhecimento científico e tecnológico de referência mundial, da formação de pensadores críticos e da realização de pesquisas inovadoras, contribuindo para o avanço da ciência, tecnologia e outras áreas do saber.
- O intercâmbio de práticas gerenciais e curriculares com especialistas estrangeiros pode proporcionar uma perspectiva global e ajudar a incorporar práticas internacionais no currículo da IES, ampliando o impacto coletivo dos benefícios da internacionalização da educação.



- No contexto específico da educação a distância, os processos de mobilidade internacional devem ser incentivados tanto na forma de mobilidade física (com deslocamento presencial) quanto virtual, por meio da participação em cursos e vivências em outras instituições ou países. As particularidades da virtualidade na EaD ampliam ainda mais as possibilidades de educação em rede, permitindo que docentes, equipes técnicas e estudantes troquem experiências de aprendizagem por meio do uso das tecnologias digitais da comunicação e da informação.

Coordenação

Carlos Eduardo Bielschowsky (GT especialistas)

Daniel de Aquino Ximenes (Seres/MEC)

Grupo Técnico (GT especialistas)

Carlos Eduardo Bielschowsky

Carlos Roberto Juliano Longo

Cristina Elsner de Faria

Jose Miguel Martins Veloso

Maria Carmem Freire Diogenes Rego

Sergio Roberto Kieling Franco

Ministério da Educação

Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

Secretária: Marta Wendel Abramo

Chefe de Gabinete: Andrea Oliveira de Souza

Diretor de Regulação da Educação Superior: Daniel de Aquino Ximenes

Diretor de Política Regulatória: Rafael Arruda Furtado

Diretora de Supervisão: Janaína Ferreira Ma

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO